

## O Peso do Trabalho Leve

Maria Ignez S. Paulilo  
Departamento de Ciências Sociais- UFSC  
Revista Ciência Hoje- nº 28/1987.

“A mulher ganha menos porque é mulher, né? O trabalho dela não vai com o do homem (...) O homem pega uma foice, broca mato, cava rego, abre a valeta, traz água... e a mulher não vai fazer esse serviço. A mulher planta, a mulher semeia, a mulher alimpa, mas não pode fazer o serviço mais pesado, fica sempre pra parte do homem. Aí, quer dizer, por isso o homem ganha mais” (moradora de fazenda, Brejo, PB).

“Sendo disposta, a mulher ganha a mesma coisa que o homem (...) Agora, o seguinte é esse: o homem não tinha os meninos. Aí não se empalhava... aí ganhava 30 cruzeiros num dia. Eu já ganhava em dois dias. Porque ajeito os meninos, fazendo o comer, isso e aquilo, me empalho...”  
(Trabalhadora volante, Brejo, PB).

“Eu disse que ia mais não, senhora, Porque... a carreira que os homens botava, eu botava. Trabalho igual aos homens. Eles ganhavam 30 cruzeiros, eu 20, Vou mais não, senhora. Vou arrancar feijão que é 20 cruzeiros, mas pra limpar mato vou mais não...” (Trabalhadora volante, Brejo, PB).

“A mulher acorda e levanta antes do marido. Prepara o café, tira o leite, encaminha o almoço e, às vezes, ainda põe a roupa de molho. Aí o marido levanta, e vão pra roça juntos. Voltam da roça o marido está cansado, claro. A mulher não, porque ela é feita de aço inoxidável (...) Eu já assisti – e me escandalizei – a esposa ter até que cortar o fumo e fazer o cigarro para o homem fumar...” (Professora primária e esposa de pequeno produtor, sul de Santa Catarina).

“Se o fomicultor for realmente calcular o custo, se calcular o preço da mão-de-obra, não seria vantagem (...) A vantagem é que, com dois hectares, ele já pode ter uma estufa. Então ele bota guri desde cinco, seis, sete anos, bota mulher, ele bota todo mundo pra trabalhar...” (secretário da Agricultura de um município do sul de Santa Catarina).

“(O fumo) dá trabalho, mas não durante o ano todo. Naquele tempo da colheita. Em dois meses dá bastante trabalho. Mas não é assim um trabalho pesado. É um trabalho um tanto cansativo, porque, chega de noite, tem que cuidar do fogo. E a plantação do fumo é pra gente nova (...) Claro que um velho não vai lá se abaixar!” (Fomicultor, sul de Santa Catarina).

Sertão de Paraíba, 1978, municípios de Pombal, São Bento, Brejo do Cruz, Catolé do Rocha e Riacho dos Cavalos. Predominam a pecuária e a cultura do algodão. Os empregados residentes nas fazendas (“Moradores”) são parceiros, em regime de meia e de terça: em troca do uso da terra, em geral entregam ao proprietário metade da produção de algodão e 1/3 do produto das outras lavouras. Trabalho “pesado” é a limpeza do mato e a criação de gado. Mulheres e crianças ajudam no plantio e na colheita das lavouras, cuidam das atividades domésticas e procuram complementar a renda familiar dedicando-se a ocupações artesanais como tecer linha, fazer acabamento de rede, fabricar chapéus e rendas. Todo o material necessário à execução dessa tarefa é fornecido pelos intermediários, que depois vêm apanhar o produto. A especialização é grande: algumas mulheres fazem só varandas, outras só punhos de rede. O pagamento desse trabalho “leve” e moroso, que exige habilidade e paciência, é ínfimo.

Brejo da Paraíba, 1978, municípios de Alagoa Nova, Areia, Pilões, Serraria e Arara. Aqui a distinção entre trabalho “leve” e “pesado” se faz mais clara. Entre os trabalhadores volantes, é “pesado”, masculino, principalmente roçar e cavar a terra. Roçar significa derrubar o mato grosso, inclusive árvores, a machado e foice. Cavar é preparar a terra, sem ajuda do arado, para o plantio da cana. Trabalho “leve”, feminino, é plantar, arrancar o mato miúdo, e adubar. Para isso, as mulheres ganham a metade, ou menos, da diária de um homem, embora trabalhem o mesmo número de horas. Nas fazendas onde há olarias rústicas, as mulheres carregam tijolos em carrinhos-de-mão, serviço também considerado “leve” e pago como tal. Nenhum homem é contratado para fazer trabalho considerado feminino, embora algumas atividades possam ser realizadas por ambos os sexos. Pagando por produção, os proprietários evitam remunerar o tempo que as mulheres gastam com os filhos e o maior esforço que despendem para limpar uma mesma área de cana. Já nas atividades em que a força física não traz maior rendimento, como o plantio e a adubagem, evitam presença masculina para melhor caracterizá-las como trabalho “leve”. Apesar da Sutileza empregada na exploração da mão-de-obra feminina, há mulheres que, realizando as mesmas tarefas que os homens, ganham menos.

Sul de Santa Catarina, 1981 municípios de Içara, Orleans Nova Veneza e Criciúma. Área de cultura de fumo, muito exigente em termos de mão-de-obra. Além de semear, regar, cultivar, capinar e colher, deve-se tecer o fumo nas varas, carregar a estufa, vigiá-la a noite, descarregá-la, desamarrar as folhas das varas, classificá-las amarra pequenos molhos enfardá-los e etiquetá-los. E mais: lavar todo o paiol antes de enchê-lo, para evitar que restos de grãos atraíam ratos; tornar a lavá-lo depois de entregar o fumo, para que os venenos que impregnaram as folhas não contaminem os alimentos que lá serão guardados. Finalmente, é preciso começar a derrubar a lenha para a próxima safra. Mulheres e crianças participam de todas as fases e, mais uma vez, é a idéia do trabalho que ajuda a explicar o baixo preço pago pelas agroindústrias ao plantador. Vigora ali, na verdade, uma distinção entre trabalho “cansativo” e “pesado”. A lavoura se enquadra na primeira categoria, mas não na segunda: exige muito trabalho, mas todo ele “leve”. Para o fumicultor, “pesado” é o

trabalho que exige força física e é sempre feito por homens adultos.

Regiões distintas, culturas diferentes. Como traço comum, a distinção entre trabalho “leve” e “pesado”. O primeiro, atribuição de mulheres e crianças. O segundo, incumbência masculina. A mesma divisão aparece em outros locais que estudamos. Na região de Araçatuba (SP), por exemplo, há preponderância de mulheres e grande número de crianças entre os empregados temporários encarregados da colheita de produtos agrícolas, principalmente o café. Explicação dada por quase todas as fazendeiros para esse fato: elas trabalham bastante, mão fazem questão de registro, não dão queixa na Justiça, concordam em receber menos por jornada. O sustento da casa cabe ao marido, a mulher não precisa trabalhar o ano todo. Emprega-se apenas para “ajudar em casa”, ganha só “um dinheirinho a mais”. Uma vez que não faz serviço pesado - como levantar cerca ou cuidar do gado -, recebe 75% da diária masculina. Poder-se-ia pensar que mulheres e crianças desempenham certas tarefas porque, de fato, estas são “leves” por sua própria natureza. Mas não é bem assim. Na verdade, qualifica-se o trabalho em função de quem o realiza: são “leves” as atividades que se prestam à execução por mão-de-obra feminina e infantil. Importa destacar que essa classificação está associada a diferentes remunerações: maior para o trabalho “pesado”, menor para o “leve”, mesmo que ambos demandem o mesmo número de horas ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelo outro. O que determina o valor da diária é, em suma, o sexo de quem a recebe.

A falácia da “naturalidade” da distinção entre trabalho “leve” e “pesado” salta aos olhos ao constatar a variação que sofre conforme o lugar. No sertão, as mulheres consideravam “pesado” o que no Brejo era “leve” (a capina das áreas de lavoura, por exemplo). Embora muito difíceis, as condições de vida do sertanejo, vítima constante da seca, são menos drásticas do que as enfrentadas nos mares verdes de cana do Brejo. Para entendê-lo, vale a pena nos determos nas condições do trabalho feminino rural nas duas regiões.

Nas fazendas de cana-de-açúcar do Brejo paraibano, vigora o chamado “regime de sujeição”: os empregados que nela residem, os moradores, têm direito a fazer sua roça num pequeno pedaço de terra (não mais que dois hectares); em troca, devem “pagar a sujeição” isto é, trabalhar para o proprietário alguns dias por semana (em geral, três), recebendo uma diária menor que a dos trabalhadores que moram fora das plantações canavieiras.

Como é impossível sustentar a família apenas com essa renda, o morador se obriga a trabalhar cinco ou seis dias por semana para o patrão. Mas não é só: “pagar a sujeição” implica uma subserviência que impede o empregado - e, muitas vezes todos os membros da família - e trabalhar para outro proprietário por uma diária maior. Sobretudo, impede-o de determinar a própria vida, já que a vontade do patrão se sobrepõe a qualquer outra obrigação, necessidade ou desejo: o morador deve estar sempre pronto a atendê-la a qualquer hora. Nas palavras de uma moradora: “Sujeito? Não pagava nada (pela terra), mas quando viesse um recado do patrão, ele podia estar fazendo o que estivesse, que era obrigado a ir...” Nessas

circunstâncias, o roçado – onde cultivam produtos de subsistência, principalmente milho, feijão e mandioca – fica por conta da mulher e dos filhos, que são obrigados a arcar com quase todos os serviços “pesados” ou “leves”.

Considerados ainda mais “pesados” que os trabalhos do roçado são a capina e a colheita de cana feitas pelas trabalhadoras volantes. As folhas são ásperas e cortam a pele. Quanto mais altas as plantas, maior o desconforto. Por ocasião das greves de cortadores de cana em alguns estados do Nordeste, o Brasil inteiro pôde ver pela televisão, como se vestem essas trabalhadoras volantes para evitar machucaduras, calças compridas, camisas ou vestidos de manga compridas sobrepostos, lenços no rosto, pés cobertos e faixas na mão. A lida da cana é considerada tão penosa que só se dedicam a ela – além dos homens, evidentemente – mulheres sozinhas, isto é, mulheres chefes de família, mães solteiras, separadas, abandonadas ou com marido doente.

No Sertão, como vimos, as grandes propriedades de gado ou de algodão empregam trabalhadores em regime de parceria. O homem trabalha a maior parte do tempo na própria plantação, vendendo um dia ou outro de serviço, conforme sua necessidade financeira ou a vontade do patrão. Os moradores, como no brejo, são “sujeitos”. Mas, visto que o gado, ao contrário da cana, requer pouca mão-de-obra, os homens e os meninos mais velhos cuidam também da lavoura. Mulheres e crianças ajudam a plantar e colher, mas não a “limpar mato”, ou seja, capinar a roça.

Trabalho “leve” e “pesado” são, portanto, categorias que variam segundo o sexo do trabalhador e as condições de exploração da terra nas várias regiões agrícolas. Invariável é a convicção de que o trabalho feminino é mais barato. Essa constatação é frequente na literatura sociológica sobre a força de trabalho feminina nas cidades: as profissões consideradas femininas tem remuneração sempre inferior à daquelas consideradas masculinas. Mesmo em profissões iguais e cargos iguais, os dois sexos tem remunerações distintas.

A carência de estudos sobre a mulher no campo explica o relativo descaso com que essa realidade tem sido tratada no meio rural, apesar de estar ali amplamente disseminada. Nós a reencontramos por exemplo, no sul de Santa Catarina, região que tem no fumo de estufa uma de suas principais culturas. A empresa pioneira – Companhia de Cigarros Souza Cruz – adotou desde o início da década de 50 a chamada produção integrada, fornecendo insumos e assistência técnica aos fumicultores, que em troca, vende-lhe toda a produção. Hoje, outras empresas do ramo operam ali no mesmo sistema, empregando diretamente muitas mulheres e crianças admite-se, como vimos, que o trabalho é “cansativo”, mas não “pesado”. Vamos a ele.

Plantam-se na região, dois tipos de fumo de estufa: o virgínia (voltado principalmente para a exportação) e o amarelinho (para consumo interno). Utilizam-se poucas máquinas, o que significa uso intensivo de mão-de-obra, fator responsável por pouco mais de 50% do custo total da produção. São necessárias, em média, 200 a 300 jornadas de trabalho por hectare de fumo num ciclo produtivo de seis meses, motivo que leva famílias numerosas e com poucos recursos a optar por essa lavoura. Em geral, uma família consegue cuidar de uma ou duas estufas.

Antes de plantar, é preciso preparar os canteiros para a sementeira. Para cada estufa são necessários quatro canteiros que comportam 7 mil mudas cada um. Esse preparo – que dura cerca de 3 semanas e geralmente ocupa duas pessoas – exige revolvimento da terra com trator ou animais, trabalho com enxada, adubagem e aplicação de brometo de metila para evitar ervas daninhas e pragas. Semeado o fumo, a germinação se dá em torno de 12 a 15 dias, período em que é preciso regar os canteiros diariamente e aplicar veneno de dois em dois dias. Quando alcançam cerca de 20 centímetros, as mudas devem ser transplantadas para outro terreno, devidamente preparado. O replantio dura cerca de 20 dias. Depois é preciso revirar a terra entre as carreiras de fumo, capinar e, novamente adubar.

Passados 70 a 80 dias do replantio, no caso do virgínia, e 120 dias no caso do amarelinho, inicia-se a colheita. Na primeira fase, a mais difícil, tem-se que trabalhar o tempo todo abaixado, para apanhar as folhas rente ao chão. A colheita é a etapa de maior utilização de mão-de-obra: quatro a seis pessoas, dedicadas em tempo integral, dão conta de 2 hectares, que abrigam cerca de 25 mil pés, quantidade necessária para encher uma estufa. Passa-se de 8 a 12 vezes por um mesmo pé de fumo para colhe-lo todo. Os mais velhos e as crianças pequenas só participam da colheita se houver falta de mão-de-obra. Para os primeiros, a posição abaixada é dolorosa, enquanto as crianças nem sempre tem discernimento para saber quando a folha está no ponto certo. O fumo perde qualidade se for colhido verde. Os pés não amadurecem todos ao mesmo tempo, principalmente quando, por causa da morte de várias plantas, outras mudas são replantadas em seus lugares.

Além de demandar enorme quantidade de trabalho, a colheita depaupera a mão-de-obra que dela se ocupa: as folhas soltam um líquido escuro, pegajoso, que gruda nas mãos e na roupa. O cheiro da planta e dos venenos extremamente tóxicos nela aplicados provocam náuseas e desmaios frequentes. Segundo os trabalhadores, há quem fique da cor da planta nessa época: *“Aqui em casa (...) é a maior tristeza na colheita. É por isso que eu já quero deixar (o fumo) mais de tudo, porque é uma dó mesmo! É um naquela janela, outro naquela janela, a janta fica dentro da panela, um não janta, outro na toma café à tarde... eles ficam verdes!* (esposa de um fumicultor de Santa Catarina).

O fumo colhido é levado para um prédio onde estão a estufa, um paiol e uma varanda coberta. Fazem-se molhos que são colocados numa banca, etapa de que até as crianças de 5 anos podem participar. Os molhos são tecidos numa vara de madeira de cerca de 1,30 metro, o que pode ser feito manualmente ou com uma máquina, a tecedeira. As varas prontas são colocadas num estaleiro para secar. Quando todo o fumo colhido está arrumado, enche-se a estufa, que comporta cerca de 3 toneladas de fumo verde, correspondente a 500 quilos de fumo seco. Carregada a estufa, acende-se o fogo. As folhas demoram cerca de 4 dias para secar e a temperatura da estufa deve ser controlada dia e noite. Cada safra exige cerca de 10 “estufadas”, chegando cada estufa a produzir, no total, 4 a 5 mil quilos de fumo seco.

Trabalhar o dia todo em pleno verão e ainda ficar acordado a noite é uma das piores exigências do fumo, mas não a única. Após as primeiras estufadas, quando se seca o fumo “baixeiro” (as folhas que estão mais rente ao chão), é preciso

desbrotar a lavoura, ou seja, correr as fileiras plantas e quebrar os brotos. Não se pode deixar as plantas florirem porque toda a sua energia deve ser concentrada no aumento das folhas, em tamanho e peso. Depois, com a máquina ou a mão, passa-se um dos mais fortes venenos, para impedir o surgimento de novos brotos. Como as plantas não se desenvolvem de maneira homogênea, esse processo deve ser repetido algumas vezes, com a aplicação de diversos inseticidas. Nas palavras de um fumicultor: *“Tem gente que não pode passar (o anti-brotante). A pessoa sendo fraco, alérgico, não pode. Dá uma alergia forte no corpo, avermelha tudo, queima a pele, queima os olhos, queima a pele todinha como se fosse uma praia”*.

Apesar de todos os entrevistados se referirem ao perigo dos agrotóxicos, foram unânimes em afirmar que não tomam os cuidados necessários. Tentamos descobrir as causas desse descuido. Desconhecimento das possíveis consequências? Falta de dinheiro para comprar equipamentos de proteção? Supervalorização da capacidade de resistência do próprio corpo? Não. O motivo principal é que o trabalho com o fumo é muito intenso e se realiza no período mais quente do ano, não se permitindo que se pare nem mesmo nas horas de sol a pino. Suportar a temperatura com roupas leves é um grande esforço. Suportá-la com roupas que cubram o corpo todo e com máscaras no rosto é impossível.

A etapa final é a classificação das folhas em quatro tipos – baixas, semibaixas, meias e pontas -, a feitura de pequenos molhos, seu empacotamento e etiquetagem em fardos. O fumo é classificado a olho nu, pela cor e tamanho das folhas. Os fardos são levados para as indústrias pelos “puxadores”, que são os donos de caminhões que fazem o serviço de frete. Recebido o fumo, porém, a empresa reclassifica-o, usando para isso luzes especiais. Nem sempre os dois processos de triagem – o do produtor e o da empresa – coincidem, o que gera grande descontentamento.

Dado o grande esforço que a cultura de fumo demanda e os riscos para a saúde que representa, porque escolhê-la? Os produtores alegam, basicamente, cinco motivos. O primeiro, é o bom rendimento, comparado ao de outras culturas. Em segundo lugar, a colocação no mercado é certa, uma vez que as empresas de cigarro se comprometem a comprar toda a produção. Em terceiro lugar, a cultura do fumo ocupa a terra só metade do ano, deixando nela o adubo necessário para o plantio do milho e do feijão. Em quarto lugar, o fumo pode ser cultivado em pequenas parcelas descontínuas de terreno. Finalmente, como o trabalho que exige não é “pesado”, é possível utilizar intensivamente a mão-de-obra feminina e infantil disponível nos grupos domésticos. A partir dos cinco anos, as crianças já podem ajudar a colher o fumo para tecer os rolos.

Após as revoltas dos fumicultores em 1979 e 1980, o preço do quilo dos diferentes tipos de fumo passou a ser negociado entre o Sindicato das Indústrias de Fumo de Estufa e a Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado de Santa Catarina. No cálculo do custo da produção do fumo, que ambas as entidades fazem, uma das divergências prende-se exatamente ao componente representado pelo preço da diária paga aos trabalhadores. Na colheita de 1982/83, as empresas, ao calcular o custo da produção de fumo, estabeleceram uma diária média de Cr\$1.371,00 (Cz\$

1,37), quando agricultores estavam pagando Cr\$ 2.000,00 (Cz\$ 2,00) aos trabalhadores contratados. Na safra de 1983/84, o primeiro valor foi de Cr\$ 3.222,00 (Cz\$ 3,22) enquanto o segundo variava entre Cr\$ 4.000,00 e Cr\$ 5.000,00.

As empresas alegavam que seu cálculo tinha por base o preço médio da força de trabalho nas várias regiões fumicultoras, e que o sul de Santa Catarina era uma região de mão-de-obra relativamente cara, dada a presença das minas de carvão e a força sindical dos mineiros. Esta argumentação era rejeitada pela Fetaesc. Segundo ela o sindicato patronal baseava-se, na época, no índice nacional de preços ao consumidor (INPC), sempre defasado da realidade dos preços, para a correção anual do cálculo das diárias. Mas o que importa aqui não é a causa da diferença entre a remuneração calculada e a efetivamente paga pelo trabalho. Interessa-nos sim, indagar: seria essa defasagem aceita, não fosse o trabalho do fumo feito sobretudo por mulheres e crianças? De fato, os fumicultores admitem que, não fosse a mão-de-obra utilizada, não compensaria trabalhar com tal lavoura.

Sob a hegemonia do fumo, principalmente durante os meses de colheita, tudo mais passa a segundo plano: casa, escola, culturas de subsistência, lazer e até o sono. Como esta incumbido do trabalho “pesado”, o homem deixa de se ocupar de outras atividades. Mas a mulher que faz trabalho “leve”, continua a cuidar da casa e dos filhos. A cultura do fumo, como dizem os plantadores e como nós próprios narramos, é “cheia de servicinhos”. Mulheres e crianças maiores participam de quase todas as atividades, inclusive da derrubada da lenha, porque a árvore utilizada para isso é o eucalipto, considerado madeira mole. Só arar, cuidar da estufa a noite e passar veneno nas plantas são, em geral, atividades consideradas masculinas. Quando há número suficiente de pessoas, os homens se encarregam da colheita, enquanto as mulheres tecem. Noutros serviços, como amarrar as folhas, classificá-las e fazer os pequenos molhos, a participação masculina é pouca. Na classificação das folhas, costuma ser grande a participação dos membros idosos da família. Quando se trata de fazer esses trabalhos mais “maçantes”, os homens tem sempre que “ir à cidade resolver um negócio”, que atender a algum compromisso mais urgente ou mais interessante, ou estão simplesmente cansados do serviço “pesado”.

Como se vê, “trabalho leve” não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é “leve” se pode ser realizado por mulheres e crianças. Fica a pergunta: porque se paga menos pela realização dessas tarefas? A resposta não deve ser procurada em realidades especificadas das regiões estudadas ou do próprio meio rural como um todo. Essa situação ocorre da valorização social do homem enquanto “chefe de família”, responsável pela reprodução de seus “dependentes”. Assim, o trabalho desses últimos fica em plano secundário, cabendo, nestes casos, uma remuneração que apenas “ajuda” a composição do orçamento familiar.

A conclusão, portanto, é clara: o trabalho é “leve” (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar.